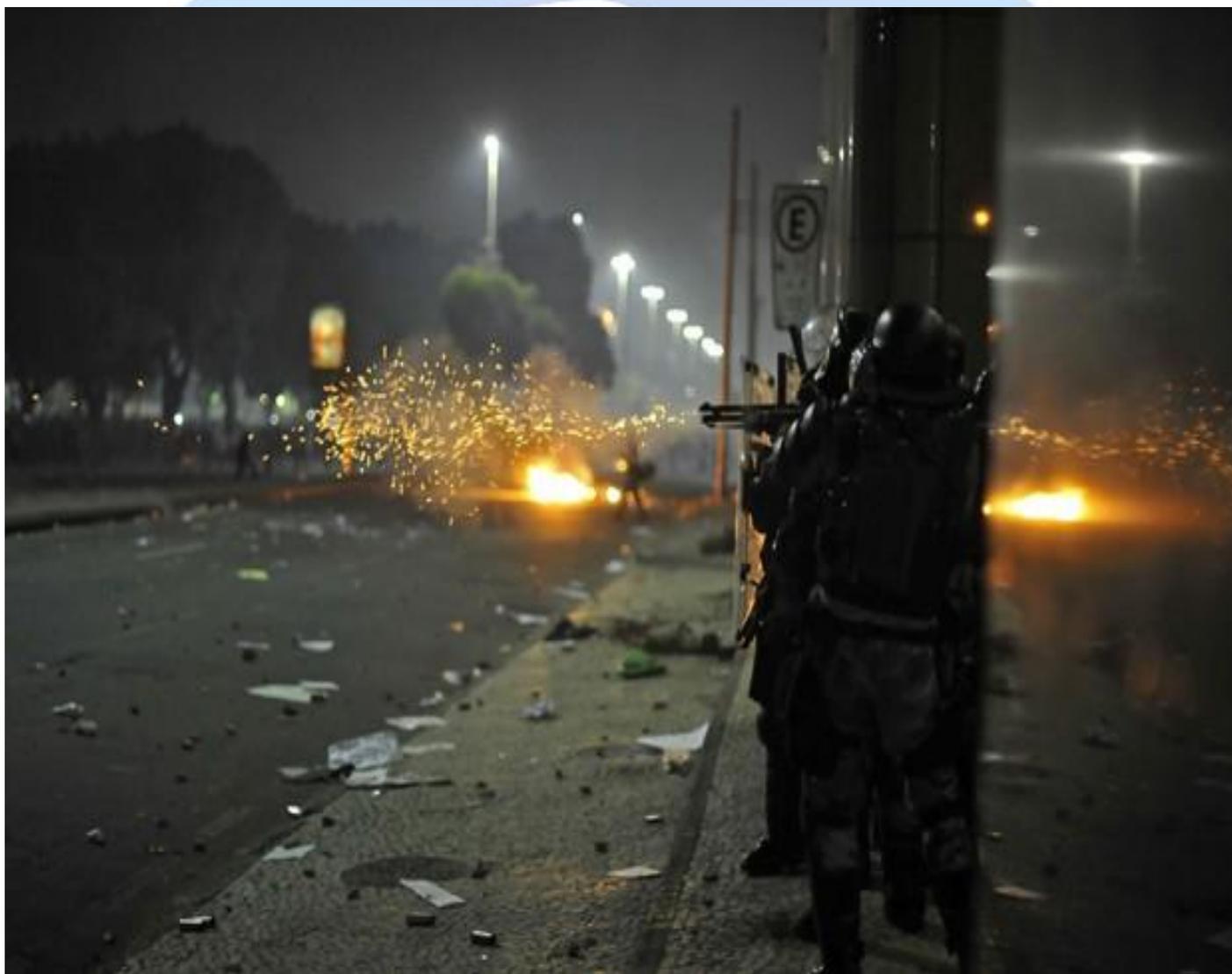


REVISTA REDAÇÃO	22
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 23/06/2013

REVISTA ESPECIAL: O GIGANTE ACORDOU!

O Entorno da prefeitura do Rio de Janeiro vira praça de guerra (HUDSON CORRÊA, MARCELO BORTOLOTI e ANA LUIZA CARDOSO)

Manifestação reúne 300 mil pessoas no Centro do Rio; confronto entre PM e um grupo deixa feridos



Policiais atiram bombas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes no Rio de Janeiro (Foto: AP Photo/Nicolas Tanner)

A MANIFESTAÇÃO que reuniu 300 mil pessoas, segundo estimativa de especialistas, no Centro do Rio de Janeiro nesta quinta-feira (20) acabou terminando em confronto entre policiais e um grupo que estava no protesto.

A passeata começou pacífica na Candelária e seguiu para Avenida Presidente Vargas em direção à prefeitura. Quando lá chegou, os policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar que faziam um cordão de isolamento diante do prédio atiraram bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral e balas de borracha contra os manifestantes. A tensão começou por volta das 18h30. Alguns jovens exaltados jogaram pedras contra a cavalaria da PM, que revidou com violência, inclusive contra quem não estava em atitude suspeita ou de vandalismo. Há notícias de pelo menos sete feridos. Entre os feridos, está o repórter da GloboNews Pedro Vedova, atingido com uma bala de borracha na testa.



Cavalaria do Rio de Janeiro tentava dispersar manifestantes (Foto: Marcelo Piu / Agência o globo)

O tumulto acabou dispersando a multidão que se concentrava nos arredores da prefeitura e transformou o local numa praça de guerra. Latas de lixo foram incendiadas. Jovens fugiam apavorados em várias direções. Milhares de pessoas, no entanto, continuavam chegando à área da prefeitura procedentes da Candelária a mais de três quilômetros de distância, onde a manifestação começou.

Em meio ao confronto, manifestantes se sentaram no chão da Avenida Presidente Vargas pedindo paz. O caveirão – um carro blindado da PM – deu meia volta. Enquanto o enfrentamento arrefecia de um lado, alguns vândalos invadiram o Terreirão do Samba, uma área de diversão com bares e restaurantes próximos à Marquês de Sapucaí, e incendiaram quiosques.

Manifestantes quebraram telefones públicos, vidros nos pontos de ônibus, lixeiras e vidraças na Cinelândia. Atearam fogo em lixo e destruíram a cabine da PM e a vidraça do elevador para deficientes da estação de metrô. Também apedrejaram o prédio do McDonald's. A Tropa de Choque chegou à Cinelândia e atirou bombas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes.

Mais tarde, a Lapa virou o novo palco de guerra. Bares fecharam as portas. Turistas estrangeiros assustados olhavam a confusão. A multidão gritava: "Não vai ter Copa, não vai ter Copa". Com muitas bombas de gás lacrimogêneo, até os clientes dos bares sentiram os efeitos. Policiais marcharam pela rua, enquanto manifestantes com o rosto coberto e muita garotada jogavam pedras contra eles. O Palácio de Guanabara, no bairro de Laranjeiras, sede do governo do Rio de Janeiro, foi cercado por policiais militares para evitar ataques de manifestantes. Pela manhã, o Palácio, em estilo e reformado, já havia sido protegido por cercas. Um grupo de 100 pessoas chegou ao local por volta das 23h.

Duzentos manifestantes se refugiaram no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, no Centro do Rio. Segundo a universitária Mikhaila Copello, de 21 anos, policiais tentaram negociar uma saída escoltada, mas os manifestantes se recusaram. Eles acreditavam que seriam presos como outros colegas que foram pegos ao sair do prédio. A partir das 23h30, os jovens começaram a deixar o prédio. Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil foram à faculdade para ajudá-los. Segundo o universitário Marcos Reis, de 20 anos, o grupo foi escoltado até a estação de metrô Uruguaiana, que fica a cerca de 500 metros da faculdade.





A Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, tomada pela multidão. Segundo o Coppe UFRJ, 300 mil pessoas formam à manifestação na capital fluminense (Foto: Carlos Ivan/ Agência O Globo)

HUDSON CORRÊA, MARCELO BORTOLOTTI e ANA LUIZA CARDOSO são Jornalistas e repórteres cinematográficos e escrevem para esta publicação. **Jornal O GLOBO, Junho de 2013.**

A construção da realidade no jornalismo (CLÓVIS BARROS FILHO)



TODA codificação jornalística é um processo no qual se traduz uma mensagem em um sistema de signos. Esses signos, para serem percebidos, devem pertencer a um repertório convencional e devem manter uma organização dentro da comunicação. Codificar é reduzir o fluido, o impreciso, o disperso, a flexibilidade das fronteiras, e produzir visões claras do mundo. O sociólogo Pierre Bourdieu aponta que a codificação torna as coisas simples, comunicáveis, e torna possível um consensus controlado sobre o sentido. Ele conclui que a codificação dá o mesmo sentido às palavras compartilhadas. Assim, o uso da linguagem no jornalismo implica um consenso entre os jornais e os leitores quanto aos significados dos signos e símbolos linguísticos.

Nesse sentido, a linguagem e a comunicação se apresentam como instrumentos privilegiados de construção da realidade social. Esta só é possível graças à interação entre os indivíduos possibilitada pela comunicação. A linguagem usada na vida cotidiana proporciona continuamente as objetivações indispensáveis e dispõe a ordem dentro da qual a vida cotidiana tem significado. Dessa maneira, a linguagem marca as coordenadas da vida na sociedade e preenche essa vida de objetos, conferindo um sentido. Nos estudos sobre os efeitos da mensagem jornalística podemos constatar que a construção da realidade social é a própria produção de sentido levada a cabo por todo o processo produtivo midiático, desde a entrada da informação potencial e a canalização temática até a codificação e a formalização do produto informativo.

A informação jornalística quase sempre é transmitida em código linguístico. Não está excluída a comunicação não verbal. Quando o apresentador de um jornal televisivo sorri após transmitir uma informação, também está codificando uma mensagem. As mensagens não verbais interagem com a palavra – os códigos linguísticos – para reforçá-la, alterá-la ou negá-la. Empregos sutis que os gestos do corpo ou o percurso da câmera possuem para compor ou deslegitimar o sentido de uma mensagem. No jornalismo impresso, esse efeito ocorre na escolha da imagem que ilustra a matéria, o tipo de diagramação e a posição da matéria no jornal ou revista. Detalhes que parecem tolos, mas que transmitem significados. Não é incomum que os manualistas de jornalismo ignorem, em suas lições, a especificidade do texto escrito em relação ao falado e vice-versa, talvez porque o lugar ocupado pela escrita no processo de comunicação seja controverso, sobretudo quando se tenta precisar seu grau de subordinação em relação à fala.

A especificidade da codificação “texto informativo” transparece graças a um conjunto de características distintivas das demais manifestações ou “gêneros jornalísticos”. O gênero informativo é um gênero jornalístico comumente ombreado pelos gêneros interpretativo e opinativo. Essa divisão foi adotada na distribuição das disciplinas pela maioria das escolas de jornalismo. Trata-se de uma tipologia clássica que trabalhei ou pesquisei, repetida com sutis variantes, pela quase totalidade dos manualistas que se dedicam ao tema. Reza a boa e sã doutrina para cursos de graduação que a principal característica do “jornalismo informativo” é a busca do fato, despido de valorações, adjetivações ou da opinião pessoal do jornalista. Como vimos em colunas anteriores, essa busca, ainda que apoiada em um conjunto de técnicas de codificação, é inócua. No entanto, o resultado obtido – a informação com aparência de objetividade – tem grande importância na persuasão dos leitores e telespectadores. As aparentes objetividade e imparcialidade, tão meticulosamente construída pelos meios de comunicação, servem para mascarar as intenções daqueles que enunciam. Suas aspirações e suas posições no jogo pelo poder social. De forma cínica, alegando tratar somente de “fatos reais”, tentam evitar juízos éticos sobre suas condutas.

A objetividade aparente é característica do texto informativo por sua estrutura, seu léxico, seus limites e também sua posição entre os demais produtos da mídia. O texto informativo, como qualquer enunciado, é um processo específico de individualização da linguagem enquanto código de significação. Quando um jornalista redige uma matéria, materializa um processo ininterrupto de escolhas e de eliminações que acabam constituindo uma mensagem entre uma infinidade de

possibilidades preteridas. Além das escolhas estritamente formais de sintaxe e léxico, opera-se uma seleção temática. Essa seleção é um imperativo. O limite do número de caracteres ou de segundos é necessariamente redutor do real, de seus eventos e nexos de causalidade. Redutor de sua complexidade. Ao oferecer de forma mais ou menos consonante um conjunto limitado de temas, um "menu" temático comum, permite-se ao sujeito dominar uma realidade social simplificada.

Dessa maneira, o jornalismo codifica o mundo do leitor, do ouvinte ou do telespectador de maneira simplista e ideologicamente ordenada. O mundo pautado pelo jornal e compartilhado pelo senso comum tem a aparência de lógico, ordenado e pautado em verdades que são facilmente questionáveis. A forma como os meios de comunicação constroem diariamente a realidade, nos pequenos detalhes de produção, se enquadram em problemas éticos que dificilmente são aceitos ou debatidos por jornalistas e empresas de comunicação.

CLÓVIS BARROS FILHO é professor de ética da ECA/USP e conferencista do Espaço Ética. www.espacoetica.com.br. **Revista FILOSOFIA, Junho de 2013.**

Para protestar, use a ponte (MALU FONTES)

APÓS os paulistanos acionarem o estopim da insatisfação a partir dos controversos e simbólicos 20 centavos de acréscimos na tarifa de ônibus, manifestantes explodiram multiplicados pelos quatro cantos do país. Aqueles acostumados a dividir o mundo em preto e branco, certo e errado e entre isso ou aquilo ainda não entenderam de onde e para onde veio e vai toda essa ira. Mesmo porque há apenas uma semana os governantes de plantão estavam com a boca escancarada de dentes sorridentes pelo que suas galeras embolsaram no engodo do mantra "a Copa passa, os benefícios ficam". E há apenas uma semana a tão assediada classe C estava embevecida com o novo programa de crédito do governo federal, o "Minha Casa Melhor", para mobiliar com até R\$ 5 mil a "minha casa, minha vida".

O que aconteceu, então, para praticamente um país inteiro ir para a rua? Quem disser que há uma causa única é simplista ou ingênuo. Quantas vezes não lemos e ouvimos, dos jornais aos telejornais, passando pelo povo nas ruas e nas mesas de bar, que o Brasil é o paraíso da corrupção e dos maus-tratos à população porque o povo não protesta e só vai às ruas atrás de escola de samba e de trio elétrico? Até as paradas gays, que são um movimento afirmativo, desde o começo se carnavalizaram. Fora isso, tinha-se a marcha da maconha e a marcha das vadias, movimentos para os quais o PIB brasileiro torce o nariz com gosto. E, correndo por fora, havia as marchas de Jesus, onde o povo de Deus louva o senhor e agradece todas as dores, já que elas fazem parte do caminho árduo rumo ao paraíso celestial.

Desta vez, no entanto, a banda tocou diferente e a Polícia Militar de São Paulo praticante chutou a bola para o gol contra o establishment ao arrebentar meio mundo de gente de porrada, transformar jornalistas que estavam trabalhando em alvo de balas de borracha arrancadoras de olhos e prendê-los por carregar garrafinhas com vinagre, o antídoto mais eficiente contra os jatos de gás lacrimogêneo. Gás vencido, diga-se de passagem.

O protesto se espalhou e se espalhou, do Rio de Janeiro a Arapiraca (AL) e Mossoró (RN), passando por Salvador, claro, onde hoje, quinta, manifestantes prometem fazer aparecer os tons de cinza em torno da Fonte Nova, a menina dos olhos do governador e a mina de ouro do consórcio que a construiu. Mas como disse Ronaldo Fenômeno, não se faz Copa do Mundo com hospital. E os perplexos diante dos manifestados perguntam: mas, em Salvador, estão protestando contra o quê? Ora, o que não faltam são razões e causas: contra tudo, contra o caos, contra o metrô de 13 anos que se recusa a nascer e continua a vampirizar milhões. Contra a média de 25 cadáveres que a cidade produz só nos fins de semana, contra a falta de saúde, educação e segurança, o crescimento de mais de 100% nos casos de estupro e a exigência que se faz à população para comportar-se como gado nas estações de transbordo de ônibus desde as primeiras horas das madrugadas.

Essas causas são insuficientes? Some-se mais um sem-fim delas, como a provocação vulgar que é ver numa cidade que se cobriu de uma crosta de decadência nos últimos anos, um governador se deslocar para o trabalho flanando num helicóptero, enquanto no chão até a Rondesp (PM) é colocada pra correr pelo tráfico com saraivada de tiros. Ainda é pouco? Tem uma causa robusta para protestar: a ponte Salvador-Itaparica, esse projeto entre o megalomaniaco e o nonsense que vai fazer naufragar no fundo da Baía de Todos os Santos, para reaparecer no bolso dos empreiteiros, a ninharia de R\$ 7 bilhões.

MALU FONTES é Doutora em culta, Jornalista e professora da UFBA. Escreve, esporadicamente, para esta publicação. **Jornal CORREIO, Junho de 2013.**

Mestre Eckhart, o herege (LUIZ FELIPE PONDÉ)

MESTRE Eckhart, alemão morto em 1328, foi um grande filósofo, místico e herege, condenado em 1329 pela Inquisição. Na época, a norma era pregar e ensinar em latim, apesar de as pessoas comuns não entenderem latim. Eckhart pregou e ensinou em alemão, e essa foi uma das acusações contra ele, porque, segundo os inquisidores, as pessoas comuns não entendiam sutilezas teológicas ou filosóficas. Essas ideias sofisticadas versavam sobre a experiência direta de Deus, mais conhecida na literatura especializada como mística, além de ele defender uma forma de teologia que entendia o homem como "parte de Deus".

Antes professor de grande sucesso de teologia sacra na Sorbonne, na cátedra de teologia para professores de fora do reino de França (Tomás de Aquino ocupara a mesma cátedra antes), mais tarde veio a ser transferido para uma atividade mais "paroquial" e menos intelectual em Estrasburgo. O intelectual Eckhart foi transferido para Estrasburgo a fim de cuidar das almas ("cura das almas") dos grupos de espirituais, homens e mulheres, chamados "béguards" e "béguines", que viviam ao redor da cidade.

Seu sucesso nas pregações serviu como argumento para seus invejosos inimigos políticos o acusarem de herege, acusação que acabou por destruir sua carreira e sua vida (ele morreu no ostracismo, quando era a maior promessa da ordem dominicana depois de Tomás de Aquino) - e condenou sua obra a séculos de desconhecimento pela filosofia e pela teologia. Eckhart era um mestre do intelecto, um "mestre da vida", como o caracterizou o medievalista Alain de Libera em seu clássico "Pensar na Idade Média". Nesse livro, De Libera descreve o perigo que era pensar fora dos muros da academia (ser um "mestre da vida") e como isso gerava perseguição pela Inquisição.

Eckhart pagou um preço alto por sua ousadia; teria sido queimado se não tivesse morrido antes. Nessa sua atividade com o "povo", Eckhart ficou conhecido em especial pela sua aproximação com as mulheres espirituais, as "béguines". Existe até um romance, que recomendo para quem lê francês, de Jean Bédard, que se chama "Maître Eckhart" (mestre Eckhart) e narra o lendário relacionamento que ele teria tido com uma dessas mulheres, Kaltrei, que muito provavelmente foi queimada. Um método comum da Inquisição era retirar argumentos escritos ou falados pelo réu do contexto original a fim "fazê-lo dizer o que ele não disse".

E qual era a "psicologia" de um inquisidor? Normalmente bem formado, ele se via como alguém chamado a assegurar a pureza dogmática do cristianismo e a impedir a contaminação dos costumes por ideias indesejáveis. Essas ideias se difundiam rapidamente pelo "povo" (mesmo antes da "maior" invenção do século, o Facebook...), e, por isso, era importante cuidar para que elas não fossem postas em circulação. Como ele se via como um defensor da pureza da verdade e dos costumes no mundo (logo, do "bem"), julgava-se autorizado a perseguir, calar e queimar quem discordasse dele. O mundo não mudou muito desde então. P.S.: Outras inquisições. Na semana passada, nesta coluna, critiquei os excessos de certos grupos que querem se meter nos brinquedos das crianças e nas posições sexuais dos casais. Aparentemente, um link enviado por um leitor, que constituiu uma referência entre várias, cita uma entrevista que nunca existiu.

Mas o festival de curtas sobre diversidade sexual narrado na coluna nada tem a ver com essa "armadilha da internet": aconteceu em São Paulo, e eu estava presente. Nesse, sim, criticava-se a "posição de quatro" como sendo machista. Portanto, a crítica independe da falsa entrevista. A condenação do sexo oral por motivos ideológicos também é fato. Basta lembrarmos a campanha de anos atrás fora do país, quando uma foto de publicidade antitabagista mostrava uma mulher de joelhos, diante de um homem, com um cigarro na boca, condenando as duas formas de submissão: o sexo oral e o cigarro.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Morte sem faz de conta (ROSELY SAYÃO)

A CRIANÇA entende o conceito de morte? Devemos ou não anunciar a ela a morte de uma pessoa querida da família ou de um bicho de estimação? Se esse for o caso, como fazer isso? Ela deve ser levada a enterros, a cemitérios? Como lidar com as reações da criança quando ela recebe uma notícia desse tipo?

Essas são questões delicadas para muitos pais, que não sabem como proceder nessas situações. Vamos conversar sobre esse tema, já que, mais cedo ou mais tarde, os pais terão de escolher como agir com seus filhos a esse respeito. Como uma criança com menos de seis anos entende a morte? Para isso, vamos lembrar como ela entende a noção de tempo. Começo com um exemplo. Uma criança de quatro anos pega um objeto para brincar. Segundos depois, quando a mãe percebe, tira o objeto da criança e diz que ela não pode brincar com aquilo. A criança, que havia gostado muito da brincadeira, pergunta quando ela poderia pegar o tal objeto, e a mãe responde com firmeza: "Nunca". A mulher continua com seus afazeres, de olho na filha que se distrai com outras coisas. Alguns minutos depois, a garota pergunta à mãe com ansiedade: "Agora já é nunca?".

Nessa idade, a criança não é capaz de entender o significado de "nunca mais". Como o que a morte anuncia é exatamente que nunca mais a pessoa que morreu voltará, a compreensão da criança a respeito da morte é diferente da de um adulto. Mesmo assim, como ela merece ser respeitada e tem o direito à verdade, precisa ser comunicada da morte de parentes e, se possível, ser levada a funerais. Participar de rituais sociais é um modo de ser introduzido na vida. Um pouco mais tarde, entre oito e dez anos mais ou menos, a criança se apropria mais da noção de tempo e, conseqüentemente, da morte. Ela começa a entender de modo mais concreto que a morte pode afetar ela mesma e/ou seus pais, e isso é assustador.

Foi essa situação que a mãe de uma garota de dez anos enfrentou. Colocou um filme para assistir com a filha cujo enredo parecia apropriado: um garoto, da mesma idade que ela, queria construir um grande número de bonecos de neve para entrar no livro de recordes e, assim, ser lembrado para sempre. O problema apareceu quando o personagem contou o motivo de seu desejo: ele tinha uma doença e iria morrer. A garota começou a chorar e pediu para parar de assistir ao

filme. Sim: a criança se desespera com a ideia de que vai morrer - só que ela ainda não sabe quando. E, na atualidade, em que o mundo adulto foi devassado para as crianças, elas sabem que não são apenas os velhos que morrem: criança também morre. Não é a idade, a saúde ou qualquer outra coisa que possibilita a morte. É o fato de estar vivo.

Mas é a partir desse momento que a criança cresce e passa a pensar. Como diz Fernando Savater em seu livro "As Perguntas da Vida", a evidência da morte traz amadurecimento, pensamento, humanização. Isso possibilita investir na vida. Por isso, as crianças não devem ser poupadas do fato, mas acolhidas em seu sofrimento, acompanhadas em sua angústia, apoiadas em seu crescimento. É: testemunhar o processo de humanização dos filhos não é simples. Exige força e coragem.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Sonhos de calor humano (CONTARDO CALLIGARIS)

NA SEXTA-feira passada, estreou o último filme de Richard Linklater, "Antes da Meia-Noite", que eu estava aguardando. Mas, enquanto as ruas pegam fogo, é difícil escrever sobre o amor.

As manifestações que se espalharam (e seguem se espalhando) por São Paulo e por outras cidades do país me impressionaram pela rapidez com a qual o protesto, supostamente motivado pelo aumento das passagens de ônibus, tornou-se expressão de outras insatisfações, profundas e cruciais - contra a má qualidade e a má gestão do que é público, contra a insegurança de nossas ruas, contra a corrupção, contra o mistério nacional que resulta em produtos caros e salários baixos, contra os políticos com sua falta de competência e seu excesso de promessas, contra o desperdício da Copa que vem aí, contra a lentidão e a ineficácia da Justiça, que parece que late e nunca morde etc.

Domingo, num café de família, verifiquei, aliás, que as passeatas da semana passada não eram mais (se é que foram no começo) a manifestação de uma geração ou de uma classe social (e ainda menos de um partido). Todos parecem cansados de uma cantilena ufanista que quase nos adormeceu: o discurso do Brasil que dá certo, que cresce (?), que está no caminho, que resistiu à crise enquanto os outros se deram pior, que acabou com a miséria (?) etc. Levantando a cabeça atordoada pela propaganda, a gente pergunta: isso aqui é mesmo tudo o que conseguimos ser, como sociedade?

As manifestações da semana são frutos de um descontentamento bem justamente brasileiro. Ao mesmo tempo, elas pertencem a uma voz popular que se expressa, mundo afora, há tempo - e não só desde Seattle, em 1999. Paradoxalmente, foi assistindo ao filme de Linklater que me pareceu entender por que somos (e não estamos) insatisfeitos com as sociedades nas quais vivemos. Linklater filmou uma trilogia: no primeiro filme, "Antes do Amanhecer" (1995), Jesse e Céline descem do trem onde se encontraram para passear por Viena, até eles terem que voltar, no dia seguinte, cada um para seu lugar. No segundo, "Antes do Pôr do Sol" (2004), Jesse está promovendo, em Paris, o livro que ele escreveu sobre seu encontro em Viena com Céline; Céline vai ao lançamento, e eles se reencontram.

Em "Antes da Meia-Noite", agora em cartaz, Jesse e Céline se juntaram no fim do filme anterior, tiveram duas filhas e estão de férias na Grécia: o charme das conversas passadas se transformou num pesadelo, em que uma oposição estéril, abstrata e inexplicável parece ser o destino a longo prazo de qualquer conversa de casal. Ou seja, o amor é o encanto de um encontro, um sonho: quando ele se realiza como convivência, ele pode durar, mas será facilmente cômico e sempre insuficiente.

Ora, essa verdade do amor talvez valha para qualquer projeto de convivência social. A sociedade que nos parece certa, que desejamos, existe na mágica do encontro e do sonho (o momento da manifestação, da militância). Como acontece com o amor, a realização dessa sociedade é sempre insatisfatória - claro, às vezes ela é um pesadelo absoluto e totalitário, outras vezes ela é parecida com aqueles casamentos que continuam porque ninguém acredita que a coisa possa melhorar e porque ninguém está a fim de ficar sozinho.

Ao longo de alguns séculos, o indivíduo se tornou para nós mais importante do que a comunidade. Esse período teve seu ápice no começo da modernidade. Paradoxalmente, logo quando o indivíduo passou a encabeçar nossos valores, a gente começou a idealizar o amor romântico como doação perfeita de cada um ao outro. Da mesma forma, quando começamos a inventar as regras e as formas de uma sociedade de indivíduos separados e autônomos, logo naquele momento começamos a sonhar com o abraço de comunidades unidas e fraternas.

Ou seja, quanto mais prezamos o indivíduo, tanto mais sonhamos com o amor e o ideal comunitário. Esse paradoxo nos define. Estamos em conflito permanente entre nossa aspiração individual e nossos sonhos amoroso e comunitário. Em matéria de amor, a consequência parece chata (nunca dá certo). Mas em matéria de sociedade, sorte nossa: de vez em quando, podemos nos acomodar, mas nunca somos satisfeitos com a sociedade que conseguimos construir. Melhor assim.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**



Falou, tá falado (SÉRGIO PARDELLAS)

Os rostos jovens e as vozes firmes se multiplicaram, cresceram e assustaram o que agora é o antigo poder, que conheceu uma nova ordem: as ruas mandam!



SÃO PAULO - Na Ponte Estaiada, novo cartão-postal da cidade, o ápice da manifestação que reuniu 65 mil pessoas na segunda-feira 17



BRASÍLIA - Na mesma segunda 17, manifestantes romperam o cordão de isolamento da PM e ocuparam a cobertura do Congresso Nacional



RIO DE JANEIRO - 100 mil pessoas caminham em paz pelo Centro na noite da segunda 17. Contra a corrupção, os gastos na Copa e o reajuste nas tarifas de ônibus, os cariocas tomaram a avenida Rio Branco e a Candelária

JUNHO de 2013 já fez história. É provável que, daqui a algumas décadas, brasileiros que tomaram as ruas do País no final do outono deste ano se reúnam num café, num boteco ou mais possivelmente na timeline de uma rede social para recordarem, cheios de orgulho, “daquele junho de 2013”. Quando se formaram multidões que, de um modo contraditório, pareciam gigantescas afirmações de individualidades. Com seus rostos únicos, bandeiras variadas, gritos independentes e gestos singulares. A completa expressão do novo. Daquilo que ninguém ousou prever e do futuro que ninguém assegurou adivinhar. Esses brasileiros se sentirão como a geração de 1968, que ainda cultivava as lembranças das heroicas passeatas contra a ditadura, como os manifestantes de 1984, que se emocionam com as imagens dos comícios das Diretas-já, e como os caras-pintadas de 1992, que decretaram o fim de um governo corrupto.

CADA UM À SUA MANEIRA E COM SUA CALIGRAFIA, MANIFESTANTES LEVARAM PARA A CARTOLINA, COM HUMOR E INDIGNAÇÃO, AS MENSAGENS QUE JÁ NÃO CABIAM APENAS NO FACEBOOK

Não se pode subestimar o que já aconteceu nem convém ignorar o que ainda possa vir. Nas duas últimas semanas, com suas diferentes tribos e interesses assumidamente difusos, jovens emergiram das redes sociais, conseguiram levar mais de um milhão de pessoas às ruas, deixaram a classe política atordoada e fizeram com que prefeitos de 13 capitais e 65 cidades anunciassem a redução das tarifas de transporte público. A voz das ruas, que parecia anestesiada, se impôs. A opinião pública revelou sua força. Mesmo sem uma grande causa aglutinadora, fez reverberar por todos os cantos do País uma

insatisfação latente que o poder institucionalizado desconhecia. Pelo menos 480 cidades participaram dos protestos. Os manifestantes transformaram as principais avenidas brasileiras em verdadeiros bulevares da liberdade de expressão. A nação acordou e, com o recuo dos governantes, descobriu que, sim, é possível provocar mudanças. Foi um daqueles momentos emblemáticos em que o povo mostra que as instâncias do poder constituído, de algum modo, descolaram-se de suas aspirações. “Trata-se da mais expressiva, surpreendente e rápida vitória popular de nossa história”, diz Rubens Figueiredo, diretor do Centro de Pesquisas e Análises de Comunicação (Cepac). Ele explica: “Expressiva por forçar a rendição dos titulares do Estado mais importante do País e de uma das maiores cidades do mundo. Surpreendente porque nem o mais atento analista seria capaz de prever o que aconteceu. E rápida, pois, em poucos dias, a coisa se resolveu”.



Mais do que R\$ 0,20

A redução das tarifas de ônibus deu o mote para os primeiros atos. Com ela veio a discussão do modelo de transporte coletivo. E os veículos pararam para ver os cartazes passarem. Nas ruas ecoou a primeira vitória: passageiros mais baratas



A próxima causa

Em meio à profusão de reivindicações, uma ganhou maior sentido de urgência: a votação da PEC-37, que restringe o poder de investigação do Ministério Público e dificulta o combate à corrupção. A voz das ruas manda dizer aos parlamentares: VOTEM NÃO! Vitória parcial, votação adiada.





Como nossos pais

A tinta no papel é fresca, mas as palavras remetem aos protestos de outras gerações. Refrões de velhas canções e gritos de guerra que desafiaram a ditadura foram encampados por quem nasceu bem depois dos anos de chumbo. E o hino nacional virou trilha sonora da “primavera brasileira”

A velocidade com que as demandas das ruas forçaram a recuada das autoridades foi um triunfo. Apenas 13 dias depois da realização do primeiro ato na avenida Paulista, em São Paulo, contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), o governador Sérgio Cabral (PMDB), o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e o governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciaram a completa revogação dos reajustes, tanto de ônibus urbanos como de metrô, trens metropolitanos e, no caso do Rio, das barcas. Em dezenas de cidades, administradores de todas as colorações partidárias se viram obrigados a seguir pelo mesmo caminho. Foi uma vitória e tanto para um movimento que, de início, era menosprezado, difamado como partidário e brutalmente reprimido. O show de violência policial com que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, brindou as manifestações de protesto da quinta-feira 13 serviu como impulso decisivo para que o protesto ganhasse adesões e força.

Os jovens, na sua maioria estudantes universitários, compõem o núcleo das manifestações. A eles, juntaram-se outros grupos, carregando todos os tipos de demandas e uma sensação de insatisfação generalizada. A diversidade de rostos indicou a pulverização de causas. Os manifestantes querem muito mais do que evitar um aumento de passagem. Eles sonham com um país melhor. Gritam contra a corrupção, contra os gastos públicos com a Copa do Mundo, contra a má qualidade de serviços públicos, contra a precariedade da saúde e da educação, contra a PEC 37 (projeto que busca tirar do Ministério Público o poder de investigação). Com essa demanda, por sinal, já vislumbram nova vitória. Escaldado com os protestos, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), adiou a votação da PEC. Antes prevista para o dia 26, foi oportunamente transferida para a primeira semana de julho.

A atual onda de protestos é diferente em quase tudo das manifestações que o Brasil conheceu décadas atrás. O ex-líder estudantil Vladimir Palmeira, por exemplo, precisou dos centros acadêmicos politizados e dos sindicatos controlados pela esquerda para conseguir convocar, em 1968, os manifestantes da Passeata dos 100 Mil, um dos marcos da luta contra a ditadura militar antes do AI-5. Era necessário promover pelo menos meia dúzia de passeatas até

obter uma grande mobilização como aquela. Hoje, o local físico do manifesto são as redes sociais, sem fronteiras. Segundo a professora do Departamento de Pós-Graduação em Comunicação da Uerj, Alessandra Aldé, não só o cenário político-social do Brasil mudou. “As redes sociais têm um papel importante nesse processo, porque permitem o envolvimento de pessoas que talvez não estariam engajadas politicamente. A troca de informação é muito mais intensa e permite chegar a outros grupos”, diz ela. As passeatas não são mais embaladas por comícios, não há lideranças com seus discursos inflamados sobre palanques ou ídolos mitológicos guiando pensamentos. Os fugazes gritos de guerra que surgem da multidão começam a ser



O que você quer?

Um enorme cardápio de pleitos foi aberto nas avenidas de todo o País. Carências, mazelas, desmandos, toda sorte de indignações foram temas das frases expostas. Pedidos em favor de melhor educação e saúde pública desfilavam lado a lado com ataques ao deputado Marco Feliciano

cunhados no Twitter, no Facebook e no Instagram. Os procedimentos a serem adotados durante os protestos também são determinados pelas redes. Antes das manifestações das últimas semanas, a internet espalhou um manual para participantes nas ruas, com indicações sobre como "lidar com gás lacrimogêneo e bombas".

As redes também difundiram o mapa colaborativo da chamada "revolta do vinagre" – com locais de concentração em várias cidades e uma central de ajuda para participantes, informações sobre os pontos sem conflito potencial, rotas livres e socorro a feridos em confrontos. Os compartilhamentos impactaram potencialmente mais de 79 milhões de internautas.

SENTIDO ÚNICO - Multidão de 30 mil pessoas fecha uma das pontes que ligam a ilha de Florianópolis ao continente na quinta-feira 20

O caráter apartidário é outra novidade dos protestos atuais. Há 30 anos não se viam manifestações de rua sem as bandeiras vermelhas do PT tremulando. Agora é tudo diferente, o que inquieta os políticos. Entre os manifestantes era possível ver cartazes que diziam "Nenhum partido me representa". Quem desfraldava bandeiras, mesmo de agremiações bastante vinculadas aos movimentos estudantis como PSOL, PSTU E PCO, acabava rechaçado pelos participantes.

Na quinta-feira 20, na "manifestação da vitória", na avenida Paulista, em São Paulo, estandartes petistas foram arrancados das mãos de militantes e rasgados. A determinação do presidente do PT, Rui Falcão, de levar seus correligionários à rua, após meses de abstinência forçada, quase degenerou em pancadaria. No Rio, bandeiras da CUT tiveram a mesma sorte.



UM NOVO JEITO DE SE

Anos 1960



Comícios

Uso de carros de som nas ruas para convocar e aglutinar manifestantes

Partidos políticos na linha de frente dos protestos

Lideranças bem definidas

Panfletos de convocação

Celebridades e artistas como expoentes

Havia uma causa central

MOBILIZAR E PROTESTAR

Ano 2013



Palavras de ordem rápidas disseminadas inicialmente pela internet

Movimentos independentes e apartidários

Sem líderes

Sem referências

Celebridades e artistas no meio da massa

Reivindicações múltiplas

Utilização de megafone durante o protesto

Mensagens em redes sociais (celulares e foto digital)

As conquistas do movimento

A luta pela redução das tarifas de transporte público tomou o Brasil



12 capitais reduziram as tarifas do transporte público ou barraram aumentos por conta dos protestos: Rio de Janeiro, São Paulo, Natal, João Pessoa, Curitiba, Recife, Cuiabá, Porto Alegre, Goiânia, Belo Horizonte, Campo Grande e Aracaju

Dezenas de municípios seguiram o mesmo caminho

Pelo menos **480** cidades brasileiras tinham protestos organizados para os próximos dias

Quase **100** cidades registraram protestos só na quinta-feira 20. A maior manifestação aconteceu no Rio de Janeiro e reuniu, segundo a Polícia Militar, mais de 300 mil pessoas

A votação da PEC 37, que retira poder de investigação do Ministério Público, foi adiada após o descontentamento com a medida expressado por muitos manifestantes

A crise de representatividade dos partidos é uma resposta, em grande parte, a episódios recentes em que seus próprios líderes expõem a falta de compromisso com programas e bandeiras, necessários para o bom jogo político. E abre brecha para imagens preocupantes. Em Brasília, na semana passada, surgiu uma faixa que dizia: "Chega de políticos incompetentes! Intervenção militar já!" A mesma mensagem apareceu depois em São Paulo, assinada por militares aposentados que fazem pregações autoritárias pelo País. A presença de grupos como esse – pequenos, mas barulhentos como os vândalos que espalharam violência pelas manifestações Brasil a fora – revela uma face preocupante do movimento: a linha tênue do apartidarismo, que é positiva ao tentar evitar que os manifestantes virem massa de manobra das instituições, mas pode facilmente descambar para a manipulação por facções com interesses escusos. Os próprios líderes do MPL decidiram abandonar a passeata da quinta-feira em São Paulo e anunciaram na sexta que não convocariam novas manifestação, após identificarem a presença de infiltrados. "Militantes de extrema direita querem dar ares fascistas ao movimento", afirmou o professor de história Lucas Oliveira, um dos porta-vozes do MPL.

A diversidade de opiniões é encarada pelos manifestantes como virtude. A pedagoga Bernadete Franco foi para a passeata em São Paulo com o objetivo de protestar pela melhoria nas condições da educação no Brasil. "Dá uma felicidade ver essa gente toda aqui. São Paulo acordou e resolveu sair do Facebook para vir às ruas. O caráter difuso é nossa maior força", disse Bernadete. A aposentada Estela Camargo, 60 anos, afirmou que protestava pelos altos impostos. "A gente paga educação e saúde duas vezes", lamentou. "Para onde vai esse dinheiro?" Até estrangeiros resolveram se unir aos protestos. O gerente de marketing Batiste Denay, 25 anos, está no Brasil há um ano e meio e já se sente responsável por repetir aqui o que fazia na França, seu país de origem, quase todas as semanas: sair às ruas. "Nós, franceses, temos essa coisa de protestar. O mínimo que eu poderia fazer seria participar aqui também."



CELEBRAÇÃO E TENSÃO - Líderes do MPL festejam redução da tarifa na quarta-feira 19 (acima). No dia seguinte, um jovem morreu em Ribeirão Preto e houve conflitos com militantes do PT em São Paulo





“A revolução contemporânea é a da incerteza”, já definiu o filósofo francês Jean Baudrillard, um especialista em analisar o mundo interconectado que é a marca do século 21. E quando nesse tempo ainda surge algo com o signo inequívoco do novo, o destino é ainda mais imprevisível. Comparações com exemplos do passado são inúteis e talvez seja mais prudente olhar para o lado do que para o retrovisor. As redes sociais inspiraram o movimento Occupy Wall Street e a chamada Primavera Árabe. Durante a revolta popular de 18 dias, ocorrida no Egito no começo de 2011, o Twitter e o Facebook facilitaram a organização de grandes manifestações, com seu epicentro na famosa Praça Tahrir, e funcionaram como plataforma para articular demandas políticas. Também há semelhanças visíveis com a efervescência popular na Praça

Taksim, em Istambul, na Turquia. Aqui, como lá, os protestos atizados pelas redes sociais superaram em larga escala a fagulha inicial que os provocou. Na Turquia, o estopim foi a ameaça de extinção pelo governo de um parque em Istambul. “Esses foram os motivos deflagradores dos protestos, mas não as causas”, diz o sociólogo Demétrio Magnoli. “Em ambas as situações se confronta todo um sistema político, uma elite política inteira.” No caso do Brasil, acredita Magnoli, tanto governo quanto oposição são alvo dos manifestantes. “É bom que ninguém se engane: o que os jovens estão dizendo é que as coisas não vão tão bem quanto estão dizendo para eles.”



A cara do movimento

Novatos em manifestações políticas, os jovens de junho de 2013 expressaram seu repúdio à violência policial, rejeitaram os partidos e mostraram uma convicção: estavam começando a construir um novo Brasil

Como personalidades que lutaram contra a ditadura veem o movimento que tomou conta do País em 2013



ÍTALA NANDI, atriz

"Estou feliz porque via o País numa mesmice diante de coisas graves na educação e na saúde, impostos altíssimos e nenhum retorno. É um absurdo os gastos para a Copa. Não tem mais como ser algo pontual."



MILTON NASCIMENTO, cantor

"Ver a Cinelândia, a Praça da Sé e dezenas de outras cidades protestando foi incrível. Agora é hora de focar. Imagine milhões de pessoas exigindo a renúncia dos fichas-sujas e o fim das regalias parlamentares."



NORMA BENGELL, atriz

"Essa manifestação é maravilhosa porque os jovens têm consciência do que acontece no Brasil. Essa consciência é consequência do que nós fizemos em 1968. Acho que as pessoas não vão se cansar de voltar às ruas."



SILVIO TENDLER, cineasta

"Estou adorando essas manifestações, quero ver o povo na rua. A luta é por democracia, saúde, educação, contra essa ganância na Copa. Estou feliz com a compreensão de que as manifestações ampliam o debate."



VLADIMIR PALMEIRA, ex-deputado federal

"O governo federal começou mal com as declarações do ministro Eduardo Cardozo, que se solidarizou com a PM do Alckmin, assim como o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Eles têm de reconhecer o movimento de massa que está na rua."

O QUE PENSAM OS QUE OCUPARAM AS RUAS NOS ANOS 1960



ALFREDO SIRKIS, deputado federal

"É uma revolta difusa, com diversas reivindicações e uma predominante, a dos transportes. Por isso, é muito mais uma atitude que uma causa com foco. A horizontalidade é a força e a fraqueza do movimento."



CAETANO VELOSO, cantor

"Identifico-me com os manifestantes. Estão dando voz a sentimentos ainda inarticulados. Têm que nos fazer pensar. Relembro as passeatas dos anos 1960 e penso nos movimentos que se dão no mundo."



ÂNGELA LEAL, atriz

"Essa nova geração luta porque a liberdade está podre; luta contra a corrupção porque não dá para calar. Esses protestos já estavam fervilhando nas redes sociais e isso é a maior contribuição da internet."



EVA TODOR, atriz

"Não apoio as manifestações que estão acontecendo. Somos um País adiantado, pode-se protestar de outro jeito que não seja misturando o povo com bandido, como está acontecendo. É muita baderna. Não estou de acordo."



FLAVIO TAVARES, jornalista e escritor

"Antes fazíamos manifestações contra o status quo e por liberdade. Hoje, jovens usam a liberdade para lutar contra o que herdamos da ditadura: o desprezo dos políticos pela política. O poder continua surdo."

Para tentar explicar o que sacudiu o Brasil nos últimos dias, o professor do Instituto de Economia da UFRJ Luiz Carlos Delorme Prado recorre à figura do "efeito túnel" criada pelo economista Albert Hirschman, falecido no ano passado. Segundo Prado, era como se o Brasil estivesse num engarrafamento parado em duas pistas, estagnado desde a década de 1980. Todos se encontravam desesperançados com a má distribuição de renda e a falta de acesso aos bens de consumo e serviços públicos, mas permaneciam resignados, já que ninguém se movia. Uma das pistas começa, então, a andar e os que permanecem na outra, que não se movimenta, se frustram e passam a exigir o movimento daquela fila. "Nos últimos 15 anos houve uma grande melhoria na qualidade de vida de uma parcela da população tradicionalmente excluída", diz o economista. "A fila andou, mas a qualidade de vida de outros segmentos da população não melhorou proporcionalmente, porque a oferta e a qualidade dos serviços públicos não acompanharam." Hoje, segundo Prado, a percepção da população sobre os partidos políticos é de que eles não têm projetos que atendam às suas novas demandas. "O protesto não é fruto da miséria, mas do progresso insuficiente", diz ele.

QUEM VIVEU O JUNHO DE 2013 SE SENTIRÁ COMO A GERAÇÃO DE 1968, QUE CULTIVA LEMBRANÇAS DAS PASSEATAS CONTRA A DITADURA

cansa de condenar e que apavoram a nação. Uma mudança no modo de lidar com os anseios populares também se impõe. A política nacional que parecia estática, engessada no embate entre PT e PSDB, se moveu. Agora ela precisará levar em conta que a rua se sente poderosa e decidida a fazer valer sua vontade. Será uma imprudência entrar num processo político sem ter em mente o que ocorreu nas últimas duas semanas. No ano eleitoral de 2014 não caberão mais discursos desconectados como os que foram entoados na última semana. Forçados a rever o aumento das passagens, autoridades disseram que, para reduzir tarifas, teriam de rever investimentos. Pois não entenderam nada: o grito da opinião pública foi justamente uma condenação das prioridades de gastos que seus governos vêm adotando. É necessário que todos entendam: a capacidade de mobilização das redes sociais não tem limites e seu poder é transformador. Ali se expressa a insatisfação, se mobiliza e se constrói, em tempo real, a história moderna.

ÀS MÃES DAS PRAÇAS DE JUNHO

Além do levante nas ruas, alguma coisa acontece com nossos filhos adolescentes dentro de casa: nasce a geração Coca-Cola com Mentos

Juntei-me à multidão em São Paulo com uma credencial a mais: mãe de manifestante. Enquanto meu filho de 17 anos era parte da massa de protesto e percorria com amigos da escola dez quilômetros do Largo da Batata até a avenida Paulista, percebi que eu estava ali não só para ver um momento histórico. Tentava dissipar um misto de orgulho e apreensão. O prazer de ver um filho nascer como ser político coincidia com o receio de vê-lo no meio de um confronto com a PM. "Tô vivo. Já deu, né?", ele me respondeu por torpedo após meu quarto SMS para saber do seu paradeiro. Disfarcei: "É que também estou por aqui". Àquela altura, gritavam palavras de ordem como "O Brasil acordou". Na avenida Paulista, constatei que não estava sozinha nos meus temores. Uma menina com cartaz na mão escreveu: "Mãe, um dia você vai entender que eu vim pra cá por você também". Que alívio.

Não nos encontramos nas ruas, mas houve um encontro maior depois do ato público.

Bonito enxergar a revolução particular que acontece dentro de muitas casas. De repente, surge a veia do ativismo em meninos que não viram o protesto dos cara-pintadas há 21 anos, nasceram longe dos anos de chumbo e pouco sabem sobre as mães da Praça de Maio. Tão bom quanto ir à manifestação é discutir com seu filho os bastidores do protesto, vê-lo exultante, abraçando causas, interessado em política, em ver o noticiário. Ele e milhares de jovens saíram mesmo do Facebook. "Pusemos Mentos na geração Coca-Cola", brincou ele, em alusão à bala de menta que reage explosivamente à Coca-Cola. Na noite da quarta-feira 19, após o anúncio da redução das tarifas de

ônibus, comemoramos a vitória com sorrisos cúmplices. Vi nos olhos dele o gosto de sentir-se parte do poder que emana do povo. "Olha os novos objetivos do movimento", avisou. Mostrou um post no Facebook que listava metas, como o "Não à PEC 37". O grau de interesse pelos assuntos do País subiu vertiginosamente. Assistimos ao noticiário e às análises na tevê. Às 7h da quinta-feira 20, o jornal impresso foi para dentro da mochila, coisa rara nessa geração.

Pensei nas mães da Praça de Maio, que até hoje protestam em nome de seus filhos desaparecidos na ditadura argentina. Imaginei o que elas pensavam quando seus filhos começaram a ir para as ruas. Mas é outra época. É fantástico fazer parte da legião de mães das praças de junho, todas as praças do Brasil repletas de multidões nesta chegada de inverno. Nasce a geração Coca-Cola com Mentos, e ainda nem chegamos na primavera.

Gisele Vitória

ORGULHO E RECEIO Nos atos paulistas, elas formaram o bloco do coração dividido





Made in Brazil

Quando o mundo olha para você, é melhor se fazer entender. E, então, o português só não basta. Nas ruas brasileiras, em inglês, francês, alemão e até em turco (o outro idioma do momento na rede dos protestos), nossos jovens explicavam suas razões e conquistavam o apoio internacional

A POLÍTICA BRASILEIRA DEIXOU DE SER ALGO ESTÁTICO. SERÁ IMPOSSÍVEL, EM 2014, NÃO TER EM MENTE O QUE ACONTECEU NAS DUAS ÚLTIMAS SEMANAS

SÉRGIO PARDELLAS é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ISTO É, Junho de 2013.**

A geografia da internet (VIRGÍLIO ALMEIDA e BENEDICTO FONSECA)

A EXPANSÃO da internet e, por consequência, das fronteiras virtuais diante dos limites geográficos estáticos dos países trazem desafios para a governança da web. O gerenciamento do sistema de nomes de domínio da internet é responsabilidade da Icann, empresa estabelecida na Califórnia e, por tanto, sob sua legislação.

Sempre que um usuário, em qualquer lugar do mundo, digita o endereço de um sítio, está de alguma forma usando os serviços da Icann, que traduz o nome digitado para um endereço numérico (i.e., "endereço de I.P.") e ajuda na localização do computador de destino. No Brasil, o Comitê Gestor da Internet (CGI.br), criado em 1995 e reestruturado em 2003, coordena e integra todas as iniciativas do setor. O governo brasileiro participa do Comitê Assessor Governamental (GAC, da sigla em inglês) da Icann, embora nunca tenha deixado de apontar seu vício de origem: a corporação adota decisões de alcance global, porém se encontra, paradoxalmente, sujeita à legislação e à autoridade do país onde está sediada.

Nesse contexto, o Brasil vê com preocupação a comercialização de novos domínios genéricos de topo (gTLDs) pela Icann, que permitirá a expansão dos nomes dos endereços da internet. Às pouco mais de duas dezenas de gTLDs existentes (.net, .com., .gov etc) poderão se somar mais de mil novos domínios. Dentre os novos gTLDs comercializados, há alguns que remetem a nomes geográficos como .patagonia, .amazon, .shenzhen e .africa. A esse respeito, o GAC manifestou, ainda em 2007, no início das discussões sobre o programa de novos gTLDs, o entendimento de que os domínios que remetem a nomes geográficos são particularmente sensíveis e que a Icann só deveria delegá-los a entidades privadas com a anuência dos governos ou autoridades públicas relevantes.

Na última reunião da Icann, em abril, o Brasil e o Peru --membros do GAC-- formalizaram oposição à delegação do domínio .amazon à empresa de comércio eletrônico homônima. Essa iniciativa foi endossada pela 4ª Reunião Ministerial da América Latina e Caribe sobre a Sociedade da Informação, também em abril, e pela Reunião de Chanceleres da Organização do Tratado dos Países Amazônicos, em maio. Naturalmente, o Brasil e os demais países amazônicos nada têm a opor àquela empresa, cujas operações, aliás, apresentam volume crescente na região. Entretanto, não podem concordar com a criação de espaço virtual que, embora vinculável a uma área que representa metade do território nacional, seria cedido ao exclusivo uso de um ente privado dissociado do interesse público amazônico.

Outros países diretamente afetados por solicitações similares, entre os quais Argentina, Chile, China, Japão e Bélgica, também denunciaram a inconveniência da delegação de domínios geográficos a interesses privados. Apesar do apoio da

maioria dos países membros do GAC, não foi aprovada recomendação contrária à delegação do gTLD .amazon para a empresa homônima. Para tanto, seria necessário apoio consensual. A discussão sobre o assunto deverá continuar na próxima reunião da Icann, em julho. O Brasil continuará a trabalhar para que o GAC venha a posicionar-se em defesa dos nomes geográficos, em sintonia com sua recomendação de 2007.

Acreditamos que tal decisão estabelecerá critérios claros para orientar a futura apresentação de pedidos de novos gTLDs, em benefício do funcionamento do sistema como um todo. Um desfecho percebido como justo será um importante sinal para a comunidade da internet.

VIRGILIO ALMEIDA é secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil. **BENEDICTO FONSECA FILHO** é diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

Fim da letargia (RICARDO ANTUNES)

NOSSO país esteve à frente das lutas políticas e sociais na década de 1980, conseguindo retardar a implantação do neoliberalismo no Brasil fazendo com que a chamada "década perdida" fosse, para os movimentos sociais e políticos populares, o seu exato inverso.

Nesses anos, floresceu um forte sindicalismo de oposição. As greves caminharam em sentido inverso às tendências regressivas presentes no mundo ocidental. Nasceram incontáveis movimentos sociais. Ampliou-se a oposição à ditadura militar. Desenhou-se uma Assembleia Nacional Constituinte e vivenciamos, em 1989, um processo eleitoral que dividiu o Brasil em dois projetos distintos. A década seguinte foi avassaladora: neoliberalismo, reestruturação produtiva, financeirização, desregulamentação, privatização e desmonte. Quando ocorreu a vitória política de 2002, com a eleição de Lula, o cenário era profundamente diverso dos anos 1980. Como a história é cheia de surpresas, caminhos e descaminhos, a eleição de 2012 acabou por se converter na vitória da derrota.

Oscilando entre muita continuidade com o governo de FHC e pouca mudança, mas nenhuma com substância, o primeiro mandato de Lula terminou de modo desolador, o que o obrigou a fazer mudanças de rota, sempre com muita moderação e nenhuma confrontação. Bolsa Família e altíssimos lucros bancários; aumento do salário mínimo e enriquecimento crescente no topo; nada de reforma agrária e muito incentivo ao agronegócio. O nosso homem duplicado renasceu das cinzas em seu segundo mandato. Terminou o governo em alta: ao mesmo tempo em que fez seu sucessor, desorganizou a quase totalidade do movimento opositor. Era difícil opor-se ao ex-líder metalúrgico, cuja densidade fora solidamente construída nos anos 1970 e 80.

Quem se lembra de sua situação em 2005, atolado no mensalão, e dele se recorda no fim do seu mandato, em 2010, sabia que estava à frente de uma variante de político dos mais salientes. Se Dilma, sua criatura política - uma espécie de gestora de ferro - soube vencer as eleições, pudemos aqui, neste mesmo espaço, lembrar que algo maior lhe faltava: a densidade social, que sobrava em Lula. Com paciência, espírito crítico e muita persistência, os movimentos populares haveriam de superar esse difícil ciclo. Acabariam por perceber que, para além do crescimento econômico, do mito falacioso da "nova classe média", há uma realidade profundamente crítica em todas as esferas da vida cotidiana dos assalariados. Na saúde pública vilipendiada, no ensino público depauperado, na vida absurda das cidades, entulhadas de automóveis pelos incentivos antiecológicos do governo do PT. Na violência que não para de crescer e nos transportes públicos relativamente mais caros (e precários) do mundo.

Na Copa "brankeada" sem negros e pobres nos estádios que enriquecem construtoras e que, no caso do Engenhão, está desmoronando; nos assalariados que se endividam no consumo e veem seus salários se evaporar; no fosso colossal existente entre as representações políticas tradicionais e o clamor das ruas. Na brutalidade da violência da Polícia Militar de Alckmin e Haddad. Isso ajuda a compreender por que o movimento pelo passe livre encontra tanta acolhida na população. Estamos só começando.

RICARDO ANTUNES, 60, é professor titular de sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de "Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil, Vol. II" e "Os Sentidos do Trabalho". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

É viável zerar a tarifa do transporte público? SIM

A voz das ruas e a mobilidade urbana (LÚCIO GREGORI)

FINALMENTE, a voz das ruas foi ouvida e cidades como São Paulo e Rio revogaram o aumento do preço das tarifas dos transportes coletivos. Agora, é preciso estabelecer novos instrumentos de democracia direta, para não limitar a participação popular às eleições.

O cancelamento do aumento das tarifas suscita a urgente necessidade do estabelecimento de políticas permanentes de subsídios e, no limite, a tarifa zero. A manifestação popular fez essas reivindicações. Ao obter a revogação, conseguiu restabelecer seu foco original, tornando perfeitamente identificável pela população o resultado concreto dessa forma de

participação popular. A PEC (proposta de emenda constitucional) 90, de iniciativa de Luiza Erundina, estabelece a mobilidade urbana e metropolitana como direito social nos termos do artigo sexto da Constituição, tal como a saúde e a educação. É um passo importante na direção de uma política que garanta e amplie o acesso universal aos serviços essenciais. A mobilização que toma conta do país deixa escancarada a crise financeira do Estado, que não tem recursos para atender a demanda de serviços públicos fundamentais. Demonstra a necessidade de uma reforma tributária de fôlego, que estabeleça que quem possui maior poder aquisitivo deve contribuir mais.

A constatação da má qualidade dos serviços públicos é o que faz as manifestações prosseguirem após a revogação. E a violência que às vezes aflora mostra que a sociedade brasileira é violenta, e não os manifestantes em si. Os protestos trouxeram a questão dos transportes coletivos urbanos para o mesmo campo em que se situam as lutas por serviços públicos, ou seja, no terreno da disputa política por recursos do Estado. A sociedade rapidamente apreendeu essa ideia. Mas não pode se confundir quanto ao conceito da tarifa zero. Ele significa não pagar o transporte coletivo no ato de sua utilização. De graça? Não. Pago pelo conjunto dos impostos progressivos cobrados dos contribuintes.

Os níveis de subsídio à tarifa são baixíssimos no Brasil --cerca de 12% ante 50% ou 60% praticados em outros países. A revogação dos aumentos, reivindicação original do Movimento Passe Livre, é o primeiríssimo passo para o reforço das políticas de subsídio, até a tarifa zero. Que não tem um equacionamento igual para todos os municípios e Estados. Alguns, como Agudos (SP) e Porto Real (RJ), implantaram a gratuidade. Municípios maiores exigirão uma engenharia financeira mais complexa. Mas o que importa, no limite, é a arrecadação associada a financiamentos federais e estaduais. Não o tamanho da cidade. A tarifa zero pode ser implantada ao longo do tempo, a partir de subsídios crescentes e seguindo variadas estratégias. Algumas cidades no mundo têm um sistema seletivo, adotando a tarifa zero apenas em áreas críticas. Em São Paulo, poder-se-ia iniciar a implantação da tarifa zero nos corredores de ônibus. Seria um avanço de agilidade e inteligência no uso dos mesmos.

O uso de ônibus de tração elétrica, que hoje prescinde do captador aéreo, completaria um modelo atraente para competir com o transporte individual motorizado, causa principal dos congestionamentos. A política é o território por excelência da criação de novas soluções, da inovação. Reduzir a discussão da tarifa zero ao "não é possível" é renegar o conceito de política e contrato social. Agradecimentos aos jovens que trouxeram essa discussão para as ruas, ensinando transportes aos tecnocratas, informação aos jornalistas e interesse público e democracia aos políticos.

LÚCIO GREGORI, 77, engenheiro, foi secretário municipal de Serviços e Obras (gestão Erundina) e de Transportes (gestão Erundina), quando formulou a proposta da tarifa zero. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

É viável zerar a tarifa do transporte público? NÃO

Uma transfusão necessária (JAIME LERNER)

ZERAR a tarifa do transporte público não é viável. Não cobrar pela passagem exigiria subsídios gigantescos (e por parte de quem?), pioraria a qualidade do serviço e, ainda assim, não resolveria a questão. Proponho outro modelo, que permite reduzir o impacto das tarifas nos salários e ainda melhorar a qualidade dos serviços prestados.

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis, instituída em fins de 2001, tem em sua gênese a criação de uma fonte de receitas derivada predominantemente do consumo de combustíveis fósseis. Para a distribuição desse montante entre os Estados, a lei que a instituiu determina o estabelecimento de cotas proporcionais à extensão da malha viária, ao consumo de combustíveis e à população. Do montante recebido por cada Estado, 25% deve ser destinado aos seus municípios.

Desde 2003, a União arrecadou R\$ 54 bilhões com essa contribuição, considerando que desde 2008 a alíquota vem sendo reduzida para compensar os ajustes que teriam que ser repassados ao preço da gasolina, até ter sido zerada em 2012. É um valor de respeito a ser investido na infraestrutura de transporte. Considerando o aumento contínuo da frota de veículos, essas captações podem ser ainda maiores. Prefeitos como o de São Paulo, Fernando Haddad, têm lembrado a proposta de investir a Cide em projetos de mobilidade. Considerando que quase 85% dos brasileiros residem em áreas urbanas e o nível local é aquele que está mais próximo da população, essa é uma proposição a ser seriamente considerada.

Não se trata simplesmente de retirar recursos da União para as cidades - uma velha queda de braços -, mas de buscar equacionar uma questão central para a qualidade de vida: a mobilidade urbana. O sistema viário disponível nas áreas urbanas é um recurso limitado e tem que ser compartilhado entre as ciclovias, a calçada, o transporte público, o individual e o de carga. As perdas de dinheiro, energia e tempo com congestionamentos são indicativos patentes da insustentabilidade da forma como temos abordado o problema.

Conquanto uma parte da solução esteja relacionada à compreensão da cidade como uma estrutura integrada de vida e trabalho, há uma parte importante que pode ser melhorada com investimentos bem direcionados ao transporte coletivo de alta capacidade e na articulação de todas as modalidades disponíveis para os deslocamentos urbanos de forma inteligente. Para isso são necessários recursos, os quais a Cide pode suprir em boa monta. As cidades são o refúgio da solidariedade, e isso o governo federal precisa entender. É nelas que podemos fazer o impacto mais significativo para avançar as questões de sustentabilidade, das quais a mobilidade é parte intrínseca. A utilização da Cide é uma ferramenta estratégica para

transferir recursos da utilização do transporte individual para o coletivo - uma medida, no mínimo, democrática. E, conforme o transporte público de uma cidade avança, ela fica melhor até mesmo para o automóvel.

Pode-se argumentar que o governo federal perderá recursos. Gostaria de argumentar que não, que ele transferirá à população, via o nível de administração mais próximo do seu dia a dia, os recursos necessários à melhoria da qualidade de vida. CID, no jargão médico, significa Classificação Internacional de Doenças. A falta de mobilidade hoje é um problema endêmico na saúde das nossas cidades. Podemos usar a Cide como tratamento, uma transfusão de recursos que possibilitará investir em sistemas de mobilidade mais saudáveis. É uma medida justa, necessária e inadiável.

JAIME LERNER, 75, arquiteto e urbanista, foi prefeito de Curitiba (1971-75, 1979-83 e 1989-92) e governador do Paraná (1995-98 e 1999-2002). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013.**

A multidão desgovernada e a causa da saúde (CRISTIANE SEGATTO)

Não se amplia um direito social com violência e autoritarismo. Nem com frases feitas do tipo "se a roubalheira acabar, a saúde melhora".

AS MANIFESTAÇÕES, ainda que sem foco objetivo, eram um acontecimento auspicioso enquanto representavam a mobilização pacífica em torno do desejo de construir um Brasil melhor. Multidões foram às ruas para exigir mais saúde, mais educação, transporte público decente, menos corrupção, mais liberdade de investigação sobre desmandos cometidos por autoridades. A semana começou bem e terminou muito mal. A noite de fúria e destruição vivida nas principais capitais adicionou às manifestações dois novos ingredientes que nenhum bem podem fazer à sociedade: violência e índole autoritária.

Ninguém entendeu direito que fenômeno é esse que estamos vivendo. De onde isso veio, para onde vai. Podemos ter uma única certeza: multidões desgovernadas que desprezam instituições conquistadas a tanto custo podem levar o Brasil ao pior dos mundos. Para ampliar direitos sociais precisamos de democracia. Não se avança com autoritarismo nem com frases feitas do tipo: "se a roubalheira acabar, a saúde melhora". É preciso ir além da indignação vazia. É preciso fazer contas, analisar orçamentos, confrontar a condição brasileira com a de outros países. É preciso refletir e debater no melhor espírito democrático.

Às vésperas das últimas eleições municipais, a saúde era a principal preocupação dos brasileiros, segundo uma pesquisa do Instituto Ibope. Só depois apareciam segurança pública e educação. Na esperança de contribuir para o debate lúcido e esclarecido, compilei alguns fatos e alguma análise sobre a saúde brasileira:

O QUE HÁ DE ERRADO COM A SAÚDE NO BRASIL?

A saúde brasileira enfrenta três grandes problemas: O primeiro é conviver com doenças superadas pelos países ricos nos anos 60, como diarreia, tuberculose e hanseníase. O segundo é termos recursos comparáveis aos que as nações desenvolvidas gastavam nos anos 80, cerca de 8% do PIB – uma porcentagem insuficiente para acompanhar a inflação na área da medicina. Como ela aumentou muito nos últimos anos, hoje a França emprega em saúde mais de 11% do PIB. Os Estados Unidos empregam 15%.

O terceiro problema é a demanda pela medicina do século XXI, cujas drogas, tratamentos e exames sofisticados custam mais que o sistema de saúde é capaz de pagar. Se o país continuar investindo 8% do PIB em saúde, isso será suficiente apenas para manter o padrão de atendimento à saúde de que dispomos hoje. Para melhorar a qualidade dos serviços e bancar novas tecnologias e drogas mais caras, será necessário gastar mais.

FALTA DINHEIRO OU FALTA GESTÃO?

É preciso gastar mais e gastar melhor. O gasto brasileiro em saúde por habitante é semelhante ao do Chile, mas a mortalidade infantil no Brasil é quase o dobro da chilena. É apenas um dos sinais de que o dinheiro que o Brasil tem hoje para gastar em saúde poderia ser mais bem utilizado. Algumas ideias para melhorar a saúde:

- Organizar e fortalecer a rede básica

Cerca de 90% dos problemas de saúde que a população enfrenta podem ser resolvidos na rede básica. São males corriqueiros que podem ser tratados pelo médico de família ou nos postos de saúde. No Brasil, a rede básica é frágil. É por isso que, quando adocece, o brasileiro corre para o hospital. Isso é péssimo. O problema é empurrado para o nível de cima (o dos hospitais), que tem custos muito mais elevados. A fragilidade da rede básica fica evidente quando ocorre uma epidemia. A dengue é um exemplo clássico. A cada epidemia, os hospitais não dão conta da demanda extra e o atendimento das doenças mais graves fica prejudicado.

- Reduzir iniquidades

Mais de 45 milhões de pessoas têm plano de saúde no Brasil. Em geral, elas usam o plano apenas para consultas e internações de custo baixo ou moderado. Quando precisam de um serviço caro e de alta complexidade (transplantes ou

drogas caríssimas contra o câncer, por exemplo), elas recorrem ao SUS. Até aí, nenhum problema. O SUS é um sistema de saúde universal. A classe média tem direito a ele como qualquer outro estrato social. O injusto é afirmar que os remediados e os ricos são duplamente penalizados porque pagam altos impostos mas nunca usam os serviços públicos de saúde. Usamos sim. Quem nunca pisou num posto de saúde recorrerá ao SUS quando uma doença grave se instalar. Exigirá remédios caros com ações judiciais, receberá um fígado ou um rim novo sem gastar um centavo, tomará drogas imunossupressoras para o resto da vida. Sem colocar a mão no bolso e, em muitos casos, sem sair de casa. É só aguardar o motoboy contratado pelo SUS entregar o remédio em casa.

Os beneficiários dos planos de saúde têm todo o direito de usar o serviço público, mas é preciso deixar claro que, ao fazer isso, eles estão subsidiando os convênios. Como o orçamento público é limitado e os custos da medicina de ponta só crescem, o governo destina cada vez mais dinheiro para atender a classe média que tem plano de saúde. É por isso que há tanto tempo o Ministério da Saúde tenta ser ressarcido pelos planos de saúde quando os clientes deles são atendidos no SUS.

Em 2003, os gastos per capita do SUS no Nordeste (a região mais pobre do país) eram de R\$ 168 por ano. No Sudeste (a região mais rica) eram de R\$ 250. Nos últimos anos, a situação se manteve mais ou menos assim. A dependência do SUS no Nordeste é pelo menos o dobro da verificada no Nordeste. Quem mais precisa, menos recursos recebe. Para reduzir a injustiça, é preciso garantir melhor distribuição regional dos recursos públicos.

QUAL É O SEGREDO DAS CIDADES ONDE A SAÚDE É BOA?

A receita do sucesso cabe em duas linhas, mas pouquíssimos municípios conseguem colocá-la em prática. A análise dos que conseguem revela que a qualidade independe do porte do município. Cidades minúsculas ou capitais podem oferecer serviços de alto nível se estiverem dispostas a isso. Essa é uma decisão política e orçamentária. A população não deve se iludir. Orçamentos são finitos. Se uma área receber mais dinheiro, outra área receberá menos. Se a população quiser mais investimentos nas duas áreas, terá que aceitar o aumento de impostos. Para melhorar a saúde de um município, o bom prefeito deve ter duas obsessões:

Número 1: garantir que todos recebam atenção básica de qualidade – aquele primeiro atendimento, muitas vezes preventivo, nos postos de saúde ou em domicílio. Número 2: facilitar o acesso a especialistas e exames, sempre que necessário.

COMO MELHORAR A SAÚDE?

Em outubro do ano passado, visitei duas cidades consideradas campeãs de saúde, segundo o Índice de Desempenho do SUS, um levantamento detalhado feito pela primeira vez pelo Ministério da Saúde, com base em 24 indicadores. Fui conhecer de perto o trabalho feito em Vitória (capital do Espírito do Santo) e em Arco-Íris, um município de 1,9 mil habitantes no interior de São Paulo. Segundo o IDSUS, Arco-Íris oferece o melhor atendimento de saúde do Brasil. Nenhum sistema de saúde é perfeito, mas os moradores reconhecem quando há avanços. As melhorias conquistadas por essas duas cidades podem ser resumidas em quatro lições:

• Reforçar a atenção básica

Em Vitória, as equipes que trabalham nos postos resolvem a maior parte dos problemas de saúde sem que o paciente precise se deslocar. Nas áreas de risco, os profissionais que visitam domicílios alcançam 100% das famílias. No restante da cidade, a cobertura é de 80% da população que depende do SUS. Dessa forma, a capital capixaba conseguiu receber nota 10 no indicador que avalia internações por causas evitáveis, como hipertensão, diabetes e problemas respiratórios.

• Garantir atendimento especializado

Com apenas 1,9 mil habitantes, Arco-Íris não tem estrutura para oferecer consultas com especialistas. Nem por isso os moradores ficam sem atendimento. Eles são encaminhados para cidades vizinhas. Para conseguir uma consulta não-emergencial com ortopedista ou reumatologista, os moradores esperam cerca de um mês. Um prazo longe do ideal, mas bastante razoável quando comparado com muitos planos de saúde privados.

Para reduzir os custos dos exames sofisticados, Arco-Íris firmou um consórcio com sete cidades vizinhas para comprar pacotes de consultas e exames. O preço dos procedimentos pode cair à metade. A prova de que deu certo foi a nota 10 no quesito “acesso à mamografia”.

• Valorizar os profissionais

Vitória investiu em concursos públicos e num plano de cargos e salários. Hoje, 96% dos profissionais são efetivos. A secretaria de saúde criou um programa de incentivo ao desempenho nas unidades de saúde. A proposta prevê o pagamento de bônus para os envolvidos na melhoria dos indicadores de saúde da população de cada área.

Em outubro, a médica de Arco-Íris recebia um salário de R\$ 17 mil brutos por mês, bem mais que os R\$ 6.500 do prefeito da cidade. Mais que o salário, as condições de trabalho garantiam a permanência da médica Liliana Lisboa Sanches na cidade. “Se preciso pedir um tomografia com urgência, consigo no mesmo dia. Nunca ouvi um ‘não’ da prefeitura.

Histórias como essa demonstram a fragilidade da ideia de que basta contratar médicos no Exterior para garantir o atendimento da população em localidades distantes. Não faltam médicos no Brasil. Faltam condições de trabalho. A nacionalidade dos profissionais pouco importa. Um brasileiro, um cubano, um português enviado a uma cidade distante sem ter o básico pouco poderá fazer pela população. Em pouco tempo estará frustrado, estressado e fará o caminho de volta.

- Reconhecer fraquezas

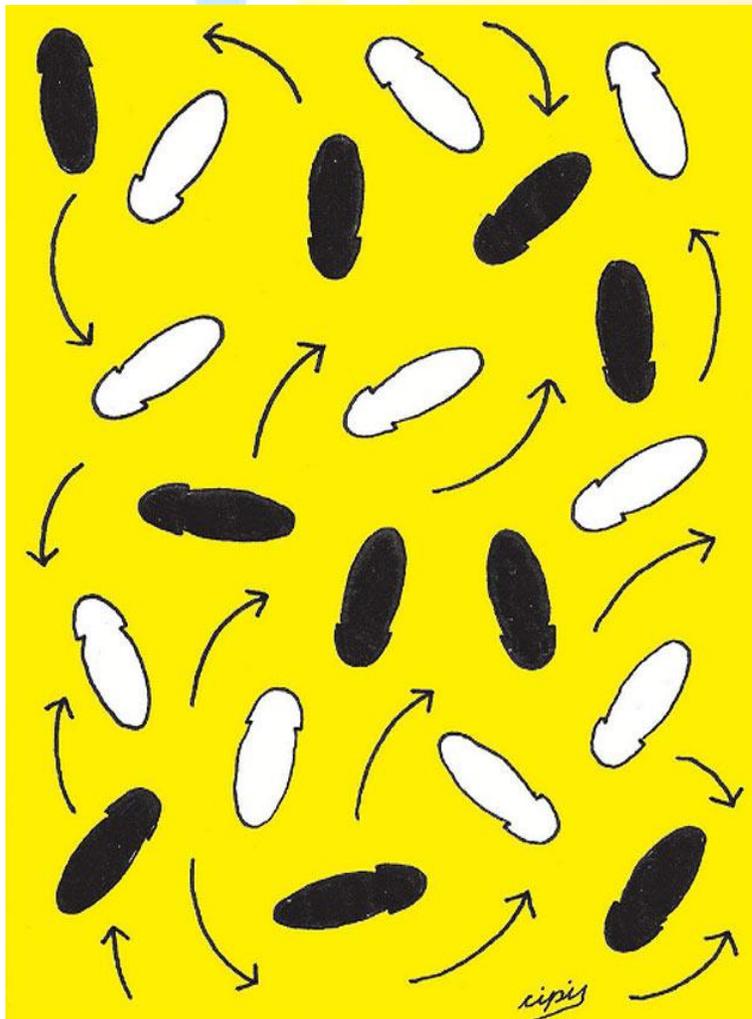
Só melhora as condições de vida da população, o município que reconhece suas fraquezas. Só assim é possível avançar. Em outubro, ouvi a seguinte declaração de Luiz Carlos Reblin, secretário de saúde de Vitória: "Não somos perfeitos. Temos um grave problema nas urgências e emergências." E mais adiante: "A população não entende como somos a melhor capital no IDSUS se há gente nos corredores dos hospitais."

Esse é um problema que a cidade ainda não conseguiu resolver. A demanda é grande. A oferta de serviços é pequena. No Espírito Santo, há um déficit de 360 leitos de UTI. O Estado compra leitos no setor privado, mas os hospitais particulares também trabalham no limite. Apesar de ter sido considerada a melhor do país em saúde, Arco-Íris quer mais. A ambição, agora, é ter um pediatra e um mini pronto-socorro.

Quem diz que o SUS é péssimo tem razão apenas em parte. O SUS não é uniformemente ruim. Ele é desigual e injusto. Entender essas desigualdades e reconhecer as injustiças é o primeiro passo para reproduzir as boas experiências e consertar o que vai mal. Assim como a população de Arco-Íris, eu também tenho uma ambição. Minha ambição é constatar que a histórica energia mobilizadora das pessoas que marcharam em paz ajudou o Brasil a avançar – e não a retroceder.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Junho de 2013.**

Que juventude é essa? (MARCELO RIDENTI)



DE MODO inesperado, tomaram as ruas os netos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 e da Passeata dos Cem Mil de 1968. Os filhos dos que apoiaram a eleição de Collor em 1982 e dos que se manifestaram por seu impeachment em 1992. Todos contraditoriamente juntos.

Claro, em outro contexto. Diversidade de insatisfações com sinais ideológicos misturados, que se expressam também nas várias interpretações, cada qual identificando no movimento a realização dos próprios desejos e tentando influenciá-lo. Setores de esquerda encantaram-se com o que lhes pareceu o início de uma revolução espontânea, mas ficaram embasbacados com as hostilidades sofridas, não por parte da polícia, mas de alguns anticomunistas. Adeptos do PT, percebendo que o movimento redundava em questionamentos variados a seus governos, tendem a reduzi-lo ao caráter fascista de certos manifestantes.

Os conservadores - inclusive na imprensa, sobretudo televisiva - ressaltam os protestos ordeiros contra a corrupção, tentando restringir o movimento a um aspecto pontual, como se todas as mazelas da ordem constituída se devessem à malversação das verbas públicas pelo PT. Por sua vez, os defensores de causas como a tarifa zero sonham que a multidão está envolvida numa nova democracia horizontal e plebiscitária, pacificamente movida a internet, mas também se assustaram com a ferocidade de alguns grupos. Em todos os pontos de vista, há algo de verdade e mistificação. O enigma começa a ser resolvido com a pergunta: quem se lança às ruas? Ao que tudo indica até o momento, são principalmente setores da juventude, até há pouco tida como

despolitizada, e que não deixa de expressar as contradições da sociedade.

Parece tratar-se de uma juventude sobretudo das camadas médias, beneficiadas por mudanças nos níveis de escolaridade, mas inseguras diante de suas consequências e com pouca formação política. Dados do MEC apontam que há hoje cerca de 7 milhões de universitários. O acesso ao ensino superior praticamente dobrou em uma década. Em 2000, eram admitidos anualmente 900 mil calouros. Em 2011, quase 1,7 milhão. Dois terços no ensino privado. A título de comparação, tome-se a década das manifestações estudantis. Em 1960, havia 35.909 vagas disponíveis no ensino superior, número que saltou para 57.342 em 1964, ano do golpe de Estado, chegando a 89.582 no tempo das revoltas de 1968, a maioria no ensino público. Em termos absolutos, a evolução foi enorme. Não obstante, apenas 15% dos brasileiros com idade para estar na faculdade cursam o ensino superior.

Quanto à origem dos universitários, muitos compõem a primeira geração familiar com acesso ao ensino superior. Outros são de famílias com capital cultural e/ou econômico elevado, atônitos com a ampliação do meio universitário. No que se refere às expectativas, parece haver o temor de alguns de não poder manter o padrão de vida da família e de outros de não ver realizada sua esperada ascensão social. Produziu-se uma massa de jovens escolarizados, com expectativas elevadas e incertezas quanto ao futuro, sem encontrar pleno reconhecimento no mercado de trabalho nem tampouco na política. Ademais, detecta-se insatisfação com o individualismo exacerbado. Em suma, um meio social efervescente em busca de causas na era da i(nc)lusão pelo consumo, em meio à degradação da vida urbana. E por onde andam os 70% de jovens de 18 a 24 anos que não estão na escola? Alguns, no mercado de trabalho precarizado. Outros compõem o chamado "nem nem", nem escola nem trabalho. Massa ressentida que em parte também integra as manifestações.

No ano que vem, completam-se os 50 anos do golpe de 1964, cuja bandeira ideológica era o combate aos políticos e à corrupção. O risco está dado novamente? Por sorte, as manifestações trazem também reivindicações por liberdades democráticas, busca de reconhecimento e respeito, tocando num aspecto central: a luta pelo investimento em transporte, saúde e educação, contra a apropriação privada do fundo público.

Chegaram ao limite as possibilidades de mudança dentro das estruturas sociais consolidadas no tempo da ditadura e que não foram tocadas após a redemocratização? Será possível aperfeiçoar a democracia política, também num sentido social? Abre-se um tempo de incertezas.

MARCELO RIDENTI, 54, é professor titular de sociologia na Universidade Estadual de Campinas e autor de "O Fantasma da Revolução Brasileira". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Junho de 2013**



Lucas Rocha